

(CT)] e perfil psicológico (PP) (motivação e interesse pelo lugar, sentido de responsabilidade e capacidade de relacionamento com os outros e de iniciativa), em que:

$$EPS = \frac{PT+PP}{2}$$

sendo:

$$PT = \frac{CGAP+CT}{2}$$

A classificação da entrevista será efectuada na escala de 0 a 20 valores.

10 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, e respectiva fundamentação, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

11 — Em caso de igualdade de classificação, a ordenação final dos candidatos resultará da aplicação dos critérios constantes na alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — O local, a data e a hora de prestação de provas serão comunicados aos candidatos com a devida antecedência através de carta registada com aviso de recepção.

13 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos, bem como a lista de classificação final, serão afixadas, para consulta, no placard do edifício dos Paços do Município de Idanha-a-Nova, de harmonia com o estipulado nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos nos requerimentos de admissão serão punidas nos termos da lei penal.

15 — Nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o júri será assim constituído:

Presidente — Armindo Moreira Palma Jacinto, vereador, em regime de permanência, da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
Vogais efectivos:

Dr. Alcino Milheiro Costa e Silva, secretário do Governo Civil de Castelo Branco, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Fernanda da Conceição Ferrer Creado Botelho, chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Vogais suplentes:

João António Milheiro de Almeida, chefe de divisão de Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Graça Maria Ferrer Pires, chefe da Secção Administrativa da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

16 — Foi dado cumprimento ao disposto no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e verificou-se a inexistência de pessoal na bolsa de emprego público, conforme a declaração de inexistência enviada através do ofício n.º 2657, de 4 de Abril de 2007, da DGAP.

17 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

13 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Álvaro José Cachucho Rocha*.

2611016023

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 9875/2007

Por despacho de 24 de Abril de 2007 do director municipal de Recursos Humanos (subdelegação de 16 de Março de 2007, publicado no *Boletim Municipal*, n.º 684, de 29 de Março de 2007), foram celebrados contratos administrativos de provimento com Ana Margarida de Oliveira Monteiro e Jorge Manuel Martins Pereira Leite como técnicos superiores estagiários (administração pública, ciências políticas e sociais), do grupo de pessoal técnico superior.

7 de Maio de 2007. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Aviso n.º 9876/2007

Requisição de Teresa do Carmo Proença de Castro Martins

Para os devidos efeitos, torna-se público que Teresa do Carmo Proença de Castro Martins, com a categoria de arquitecta principal, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vila Real, foi requisitada para esta Câmara Municipal, a partir de 15 de Maio de 2007.

16 de Maio de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora do Departamento, *Cristina Silva*.

2611015837

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Edital n.º 448/2007

Alteração de operação de loteamento — Discussão pública

Torna-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, decorrerá um período de discussão pública sobre o pedido de alteração da licença de operação de loteamento, registada na Câmara Municipal da Maia sob o n.º 6781/06 em 21 de Agosto de 2006, em nome de Sérgio Fernando da Silva Pinto, lote 9, do loteamento titulado pelo alvará n.º 1/83, localizado na Alameda de São Paulo, freguesia de Folgosa, com a duração de 15 dias e início 8 dias após a data de publicação do presente edital no *Diário da República*.

Para os devidos efeitos, o projecto da operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos serviços municipais, estará à disposição para quem o pretenda consultar nos Serviços Administrativos de Obras Particulares e Loteamentos desta Câmara Municipal.

Os interessados devem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, no Gabinete de Atendimento Municipal ou nos Serviços de Correspondência desta Câmara Municipal.

3 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Gonçalves Bragança Fernandes*.

2611016021

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

Aviso n.º 9877/2007

O Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, por despacho do vereador, com competências delegadas, de 16 de Maio de 2007, exarado em conformidade com o artigo 68.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em cumprimento do estipulado no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, foram nomeados definitivamente técnicos superiores de gestão de recursos humanos de 2.ª classe Pedro Miguel Martins da Silva Almeida e Sílvia Alexandra Silva de Almeida, admitidos ao estágio do concurso externo de ingresso, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 158, de 18 de Agosto de 2005, e rectificado pelo aviso n.º 648/2005, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 12, de 17 de Janeiro de 2006.

A acta do júri contendo a lista de classificação final de estágio foi homologada em 15 de Maio de 2007.

Os candidatos nomeados deverão tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

16 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.

2611015901

Aviso n.º 9878/2007

Concursos internos de acesso — Nomeações

O Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, por despacho do Prof. Correia Pinto, vereador do pelouro dos Recursos Humanos, de 17 de Maio de 2007, foram nomeados nas categorias a seguir discriminadas, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, José Manuel Costa Taveira, Manuel Fernando

Correia Mendes e Maria Jesus Pinto Carreira Quinta, para engenheiro civil assessor, e Dulce Reis Correia Pinto Loureiro, para técnica superior de serviço social assessora.

Mais se torna público que os referidos candidatos deverão aceitar o termo da nomeação no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

17 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.

2611015834

Aviso n.º 9879/2007

O Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, faz público que, por seu despacho exarado em 7 de Maio de 2007, foram nomeados, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, técnicos profissionais de relações públicas Teresa Maria Maciel dos Anjos, José Manuel Simões Araújo Oliveira, Paulo Jorge Simões Araújo Oliveira e Ana Amélia Granjo Ferreira.

Mais se torna público que os referidos candidatos deverão iniciar funções no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

17 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Guilherme Manuel Lopes Pinto*.

2611015856

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA**Aviso n.º 9880/2007**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 7 de Maio de 2007, foi nomeada para o lugar de técnica superior de 1.ª classe, sociologia, Ludmila Maria Fernandes, única candidata aprovada no concurso interno de acesso limitado para provimento do referido lugar, aberto por aviso afixado nos serviços em 1 de Fevereiro de 2007.

Deve a mesma aceitar o referido lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

11 de Maio de 2007 — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, por delegação de competências, *Rosária Maria Soares Murça*.

2611015746

CÂMARA MUNICIPAL DE MONFORTE**Edital n.º 449/2007****Operação de loteamento urbano de Olival da Fonte Chão, Monforte — Discussão pública**

Rui Manuel Maia da Silva, presidente da Câmara Municipal de Monforte, em cumprimento da deliberação tomada pelo executivo municipal na sua reunião de 2 de Maio de 2007, e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, e no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e demais legislação que se mostre aplicável, faz saber que é aberta a discussão pública relativa ao projecto de loteamento municipal urbano de Olival da Fonte Chão, freguesia e concelho de Monforte, propriedade da Câmara Municipal de Monforte, pelo período de 15 dias, contados a partir do 8.º dia da publicação do presente edital no *Diário da República*, o qual será também divulgado através da comunicação social.

O referido loteamento encontra-se em exposição na Câmara Municipal de Monforte, Divisão de Urbanismo, Obras e Serviços Urbanos, edifício situado na Avenida do General Humberto Delgado, nas horas normais de expediente, devendo os interessados apresentar as suas observações ou sugestões por escrito, dirigidas ao presidente da Câmara Municipal em envelope fechado e contendo obrigatoriamente a identificação, o endereço e o número e a data do bilhete de identidade.

Para constar se passou este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, coordenador funcional da Divisão Administrativa e Financeira, o subscrevi.

16 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Rui Manuel Maia da Silva*.

2611015752

CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS**Aviso n.º 9881/2007****Renovação de contrato de trabalho a termo resolutivo certo**

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se torna público que, por meu despacho de 11 de Maio de 2007, foi renovado, ao abrigo do n.º 2 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicado à administração local pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, o contrato a termo resolutivo certo, por mais dois anos, para continuar a exercer as mesmas funções, a partir de 17 de Maio de 2007, com Diana Santos Antunes, auxiliar administrativa.

11 de Maio de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isaura Leonor M. F. Silva Pedro*.

2611015735

Aviso n.º 9882/2007**Renovação de contrato de trabalho a termo resolutivo certo**

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se torna público que, por meu despacho de 11 de Maio de 2007, foi renovado, ao abrigo do n.º 2 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicado à administração local pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, o contrato a termo resolutivo certo, por mais dois anos, para continuar a exercer as mesmas funções, a partir de 17 de Maio de 2007, com Maria de Fátima Sampaio, auxiliar administrativa.

11 de Maio de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isaura Leonor M. F. Silva Pedro*.

2611015736

CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA**Aviso n.º 9883/2007****Concurso externo de ingresso para provimento de cinco lugares de auxiliar de acção educativa do nível I**

Torna-se público que no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 85, de 3 de Maio de 2007, deverá ser aditado ao aviso do concurso externo de ingresso para provimento de cinco lugares de auxiliar de acção educativa o n.º 15:

«Foi consultada a Direcção-Geral da Administração Pública, para os efeitos previstos no artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, a qual nos informou a inexistência de pessoal com o perfil definido em situação de mobilidade especial.»

16 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Pedro Oliveira Pinto*.

2611015808

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES**Aviso n.º 9884/2007****Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de fiel de armazém do grupo de pessoal auxiliar**

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 4 de Abril 2007 e no uso da competência que lhe confere a alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 4/2002, de 6 de Fevereiro, e pela Declaração de Rectificação n.º 9/2002, de 5 de Março, se encontra aberto o concurso em epígrafe, de harmonia com o seguinte:

1 — Remuneração — o vencimento mensal é o correspondente ao escalão 1, índice 142, do NSR (€ 463,99).

2 — Local e condições de trabalho — o local de trabalho será a área do concelho de Paredes e as condições e regalias sociais estabelecidas por lei.

3 — Conteúdo funcional — o constante no despacho n.º 38/88, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Janeiro de 1989.

4 — Legislação aplicável — a este concurso aplicam-se as disposições dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho,